

Todo “mundo” é bantu sim senhor!

Jeusamir Alves da Silva (Tata Ananguê)

Pós-doutorado em Educação

Instituição: Universit Emil Bruner World (EBWU)

E-mail: ananguê@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8512-7507>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9341688856983028>

RESUMO

Este artigo tem como objeto de pesquisa parte dos povos denominados Bantu, oriundos da África Centro-Ocidental, e posteriormente da África Oriental, regiões subsaarianas, abaixo da linha do Equador. Haja vista, ter sido a primeira vertente negra absorvida pela Diáspora Atlântica. No Brasil, o povo bantu foi distribuído por várias regiões, principalmente, pelos portos do sudeste, com destaque para o Rio de Janeiro, privilegiando a Baixada Fluminense, haja vista, a sua formação, majoritariamente banta. Dessa forma, o objetivo geral é provocar, a sociedade mundial mergulhar no passado para através do Continente Africano e a Diáspora Atlântica, conhecer a si mesma, haja vista, a teoria darwinista afirmar, o surgimento do “homo sapiens”, precisamente, na região dos lagos, área demograficamente banta. Fato este reforçado por pesquisas diopianas quanto a melanina existente nos seres habitantes daquela área, por conta das condições climáticas. Então, ao realizar essa imersão no passado, desta feita, em ordem inversa, melhor dizendo, da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, até chegar ao local de surgimento do ser inteligente (fazedor de coisas). Daí então, analisar por este ângulo para entender o porquê da afirmativa: “Todo o Mundo é Bantu Sim Senhor”. Pistas apontam para fatos que levam às tradições e referências culturais desse povo, terem sido fundamentais na construção da identidade brasileira. Esse conjunto de valores tradicionais e culturais permanece vivo no dia a dia das famílias, nos terreiros de candomblé, nas ruas, nos mercados, nas quadras das grandes, médias e pequenas escolas de samba, e nas avenidas de desfiles oficiais delas. Tudo isso, antes, durante e depois do carnaval ou em outros tipos de festas populares, bem como em qualquer outro lugar de concentração humana afrodescendente, principalmente por meio de sua linguagem, dança e musicalidade. Estas expressões, permanecem anônimas quanto aos seus países de origem. São generalizadas nas salas de aulas dessa região, bem como, em outras regiões do Brasil, apenas como negras ou africanas. Assim, a África, geográfica social e politicamente, é tratada como uma região descompromissada de qualquer olhar de solidariedade, e esquecem de que esta constitui-se como o “Berço Da Civilização”. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa, com natureza descritiva, uma vez que se iniciou com a coleta e mensuração de dados demográficos da população africana específica, apoiada por seus estratos, a qual, trouxe a cultura religiosa dos povos bantos para o Brasil. O paradigma científico seguido, para realizar as escolhas metodológicas, foi o pragmático, o que permitiu facilitar a identificação e descrição da cultura religiosa dos povos bantos, na diáspora dos africanos escravizados, submetidos ao tráfico do Atlântico Sul. Os resultados esperados giram em torno do combate ao racismo, reconhecimento e valorização da identidade do negro bantu, por conta de ser o pioneiro na descendência do homo sapiens, na participação na construção do Brasil, e formação da língua brasileira, entre outras influências.

Palavras-chave: Bantu. Baixada Fluminense. Rio de Janeiro. Brasil. Mundo.

1 INTRODUÇÃO

O Tráfico Atlântico desterritorializou cerca de 12,7 milhões de africanos, majoritariamente bantos,

entre os séculos XVI e XIX impactando a formação das sociedades coloniais. Os trabalhadores africanos foram fundamentais para a produção de riquezas, sendo os responsáveis pelos diferentes ofícios e atividades econômicas, como a agricultura, a navegação, os transportes terrestres, os serviços domésticos e as diferentes formas de produção do mundo urbano, como o comércio de rua, a estiva, entre outros (Bezerra, 2011). É preciso pensar que esse processo também significou uma diáspora africana, não apenas demográfica, mas também tecnológica, uma vez que o conhecimento de ofícios como navegadores, cozinheiros, pedreiros, ferreiros, arquitetos, entre outros, eram largamente praticados pelos africanos muito antes de serem desterritorializados e enviados para as Américas. De igual modo, é preciso identificar que os povos africanos também impactaram a formação cultural brasileira. Embora não reconhecidos pela colonialidade, os povos africanos de origem banta, foram os principais responsáveis pela formação da maior parte das expressões culturais brasileiras, provenientes, de Angola como: o samba, a capoeira, o maracatu, o jongo, os tambores de mina, entre outras. Mesmo nos casos de expressões culturais de origem ibérica, como o caso das folias de reis, as escolas de samba e o carnaval, os bantos e seus descendentes ressignificaram essas expressões transformando-as em símbolos de liberdade, resistência e resiliência da população negra que forma a maior parte da sociedade brasileira na contemporaneidade. Entre as expressões populares da cultura brasileira, o candomblé destaca-se por preservar princípios civilizatórios contra coloniais, isto é, em uma sociedade marcada pela dominação, a escravidão e o extermínio de povos e culturas através da colonização, os povos africanos legaram uma religiosidade cujas filosofias e existência oferecem outras possibilidades cosmogônicas. Assim, outras perspectivas e epistemologias para a sociedade brasileira são fundamentais para se pensar questões sociais contemporâneas resultantes de um processo de escravidão que inaugurou uma necropolítica. Deste modo, este artigo tem como principal função trazer à baila, através dos produtos infracitados, o papel preponderante do negro bantu na construção do Brasil e formação da Língua Brasileira, de forma a manter a preservação da cultura bantu como fortalecimento das identidades da juventude negra no território, bem como proporcionar oportunidades de formação educativa e de preparação profissional para a inserção de indivíduos das classes populares no mercado produtivo. (Adolfo, 2010), (Bezerra, 2011), (Costa e Silva, 2006), (Lopes, 2014), (Redinha, 1958), (Ribas, 1958), (Slenes, 2008), entre outros.

2 DESENVOLVIMENTO

Para pensar na África historicamente faz-se necessário ultrapassar as ideias de continente de natureza exótica e sem história. As sociedades africanas e asiáticas eram vistas como sociedades estáticas pelo sistema eurocentrista. Os colonizadores, consideravam os africanos como herdeiros de costumes rudimentares, sociedades primitivas, paradas no tempo desde períodos imemoriais. Este olhar para as culturas africanas, não ficou restrito ao século XIX, nem unicamente às pesquisas norteadas pelas ciências

positivistas, influenciadas pelo darwinismo social. E nem somente aos trabalhos que seguiram a leitura do materialismo histórico, e alcançaram boa parte do século XX.

Segundo Alberto da Costa e Silva (2006, p. 57), Charles Darwin, em seu livro “A descendência do homem e a seleção sexual, publicado em 1871” explica que, em cada grande região do mundo, os mamíferos existentes relacionam-se de modo estreito com as espécies extintas da mesma área. É provável, portanto, que a África tenha sido no passado, habitada por macacos extintos intimamente ligados ao gorila e aos chimpanzés: e, como essas duas espécies são hoje as mais afins do homem, é mais provável que nossos primitivos ancestrais vivessem no continente africano do que qualquer outro lugar. Conforme alerta Costa e Silva (2006, p. 57) “a intuição de Darwin parece estar a ser confirmada pelos achados científicos, que cada vez mais apontam para a África ao sul do Saara como a região onde surgiu o homem, o animal fazedor de instrumentos”. Por conta disso, cabe ressaltar que a África ao sul do Deserto Saara, abaixo da linha do Equador, na parte centro ocidental era e é nada mais, nada menos que uma região demograficamente banta em virtude dos povos que ali habitam, falarem majoritariamente, línguas pertencentes ao tronco linguístico protobanto.

A teoria de Darwin (1871), que posiciona a África como o local de origem do homem, é uma confirmação de que contra provas não existem argumentos. nem todo o racismo já existente naquela época conseguiu negar o lugar da África, como o berço da civilização. Haja vista, que até hoje é considerada como a mais provável das hipóteses referente ao surgimento do homem. Uma África considerada pelo eurocentrismo, como um continente apático, sem perspectivas de evolução, habitado por sub-raças, descendentes de Can, teoria religiosa, citada por Azzi (2008, p.29), de repente é reconhecida como berço da civilização.

Surge o reforço do Sheik senegalês Anta Diop (2003, p. 73), mostrado na Figura 7, que afirma que os primeiros homens eram negroides, e que segundo a lei de Gloger, os animais no sentido geral, de sangue quente, em clima quente e úmido, desenvolviam a melanina (pigmentação negra). Por isso a origem da humanidade era negra, o branqueamento deu-se pela mudança climática. Um outro resultado é poder comprovar, que o espaço territorial apontado por Charles Darwin como berço da civilização, é exatamente o mesmo lugar de onde é oriundo o povo banto, ou seja, a África Central, aquela mesma que por ironia do destino, teve o seu povo relegado ao ostracismo pelo precursor do estudo sobre o negro brasileiro, o Dr. Raimundo Nina Rodrigues (1896), que o classificou como inferior ao povo sudanês posteriormente chegado na nova colônia de Portugal.

Diz-se isto, até porque a região indicada por Darwin, como berço da civilização, vai de forma contundente, de encontro aos conceitos do eurocentrismo instituído, quando já no século XIX definiam a existência de dois mundos, os ricos ao norte e os pobres ao sul. Ao explicar as diferenças socioeconômicas a partir da cor da pele, as nações capitalistas daquele momento isentavam-se da sua responsabilidade

histórica. Ou seja, legavam à origem étnica e não ao imperialismo, ao colonialismo e à exploração, o atraso e a miséria de grande parte das nações do mundo.

Povos Bantos subsaarianos abaixo da linha do Equador trazidos para o Brasil, do Reino do Congo, uma região centro ocidental da África formada por inúmeros e pequenos reinos existentes entre os rios *Zaire* (ou Congo), o rio *Kuango* e o rio *Lucala*. Em “A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses”, Alberto Costa e Silva (2006), conta que segundo a tradição banta, por volta do século XIV, quando, *Nimi Lukeni*, o rei dos *Kikongo* se casou com uma mulher importante do povo Ambundo, formou-se o reino do *Kongo*, e o rei passou a ser chamado de *Mani Kongo*, o Senhor do Congo. A capital do Reino do Congo ficava no Centro-Norte dos domínios, a cidade chamava-se *Mbanza Kongo*. A cidade era toda fortificada, cercada de uma muralha de pedras e ficava no alto de uma colina, rodeavam-na as áreas de cultivo bem como as aldeias. *Mbanza* era um grande centro comercial pelo qual passavam carregamentos de sal, peixes, tecidos, cerâmicas e cestos, rafia e cobre. Essa grande cidade era o centro de um reino que submeteu os pequenos reinos ao seu redor, que se tornaram reinos vassalos. A base da economia era a agricultura e os agricultores produziam banana, dendê, côco, cola, milhete, sorgo, inhame, macunde, também criavam porcos, bovinos e cabras. Os rios eram ricos de peixe e as savanas de caças. Conheciam o ferro, que utilizavam no fabrico de armas e o cobre no fabrico de jóias. Do vale do Rio Inquice ou Nkisi, a leste, os panos de rafia (Costa e Silva, 2006, pp. 521-522).

No Reino de Angola, ao tempo do descobrimento português havia dois reinos ao sul do reino do Congo. Eram *Ndongo* e *Matamba*. Em 1555 um povo nômade e feroz invadiu o Congo e o sudoeste africano, desde a Guiné até o centro da região hoje Angola. Foram os *Jaca* ou *Majaca*, também chamados de *Simba* e *Manes* na Guiné, *Gatas* ou *Gallas* na Abissínia (Etiópia) e *Jingas* em Angola. Os invasores tudo destruíram e um dos chefes, o *Ngola Jinga*, apossou-se dos dois reinos (*Ndongo* e *Matamba*). Presenteou o reino de *Ndongo* a seu filho, o *Ngola Nbandi*, cujo nome passou a designar desde então o reino conquistado (*Ngola*: Angola). Era a dinastia dos *Jingas* que se estabelecia em Angola, antigo reino de *Ndongo*, também chamado agora, reino do *Jinga* ou dos *Jingas*. *Ngola Bandi* filho de *Ngola Jinga*, foi um rei valente que resistiu por várias vezes as expedições aguerridas dos colonizadores portugueses contra-atacando-os vitoriosamente (Vansina, 2011 p. 648).

Em 1618 os vassalos de *Jinga Nbandi*, oitavo rei de *Matamba*, cansados da tirania do velho rei, revoltaram-se e mataram-no. Assumiu o poder *Ngola Nbandi*, filho do velho *Jinga Nbandi* e de uma escrava (não confundir com o primeiro *Ngola Nbandi*). Mercê da conspiração preparada, e para consolidar os dois reinos Angola, *Matamba* mandou decapitar o irmão, a madrasta e um sobrinho, filho de uma irmã. Esta irmã é aquela que seria a futura Rainha *Jinga*, a famosa D. Anna de Souza. Ela nunca perdoou o irmão pela afronta recebida, (a morte do filho), embora fingisse havê-lo perdoado e colaborado como Embaixatriz do Reino de *Matamba* perante os colonizadores (Costa e Silva, 2006).

Foi numa dessas embaixadas que consentiu ser batizada na religião católica, recebendo o nome de Anna de Souza. Mas, na primeira oportunidade, a católica Dona Anna vingou-se do irmão, envenenando-o na pequena ilha de *Kuanza*, onde ele refugiara-se batido pelos portugueses e completamente abandonado por seus vassalos.

Há uma passagem sobre a altivez da Rainha Ginga, quando recebida em palácio, em negociação de paz com o Vice-rei português, em Luanda, 1657. Detalhe: o vice-rei senta-se ao trono para recebê-la, todavia, não oferece a Ginga um lugar de assento. Então, está revida a desfeita, e ordena que uma de suas mucamas fique de quatro, para servir-lhe como assento. Deste modo, nivela-se à altura do Vice-rei mantendo a horizontalidade do diálogo e, ao mesmo tempo demonstrando, também, o seu poder e destemor diante da tentativa de intimidação do estrangeiro colonizador (Mello, 1945).

Nzinga Mbandi Ngola, rainha de *Matamba* e Angola, viveu de 1581 a 1663, e representa resistência à ocupação do território africano pelos portugueses que lá aportaram para o tráfico de escravos. A ocupação portuguesa naquela região começou em 1578 com a fundação da, hoje, Luanda, capital de Angola. O rei *Ngola Kiluanji*, pai de *Nzinga*, resistiu por muitos anos à invasão de seu território. Foi sucedido por seu filho *Ngola Mbandi* que, inicialmente, também impediu o avanço do comércio escravagista para o interior. *Nzinga* auxiliou seu irmão negociando a devolução de territórios já ocupados pelos invasores. Mas depois não concordou com a submissão aos portugueses de vários chefes africanos, incluindo seu irmão, e, ordenando suas mortes, chegou ao comando de grupos de resistência à ocupação das terras de *Ngola* (Angola) e *Matamba* (Thornton, 1991).

Nzinga aliou-se a guerreiros *jagas* passando a atuar em quilombos, com espaços e táticas de guerra semelhantes aos utilizados por seu contemporâneo Zumbi dos Palmares em terras brasileiras. Obteve vitórias e uma relativa paz até morrer aos 82 anos de idade. Nos últimos tempos da Rainha Ginga, os missionários capuchinhos conseguiram a sua volta ao catolicismo (1657) em cujo seio permaneceu até o seu falecimento, em 17 de dezembro de 1663, aos 82 anos, segundo o padre Antônio Caeta (Pacavira, 1985).

Diferente dos países africanos já citados, Moçambique por ter exportado, menos escravizados para o Brasil, não apresentou quantitativo e subsídios suficientes em tempo hábil, para formar mais uma nação religiosa bantu de calundu/candomblé. As estimativas históricas indicam que mais de 500.000 escravos foram levados de Moçambique durante o período da diáspora, com números significativos destinados às ilhas do Oceano Índico e, posteriormente, ao Brasil, especialmente no século XIX quando o calundu/candomblé bantu já estava formado pela nação dos Ambundos, falantes da língua Kimbundu, pertencente ao país de Angola, e pela nação Bakongo, falante da língua Kikongo, que anteriormente, ou seja, antes da partilha do continente africano, na conferência de Berlin, era o antigo reino do Congo, hoje uma das dezoito províncias angolanas intitulada Zaire(Costa e Silva, 2006)..

O tráfico de pessoas escravizadas de Moçambique teve duas rotas principais: Oceano Índico:

Centenas de milhares de pessoas foram traficadas para as ilhas Mascarenhas (como Reunião e Maurício) e outras regiões do Índico entre os séculos XVIII e XIX. Oceano Atlântico: Embora com um contingente menor, Moçambique tornou-se uma fonte importante de escravos para o Brasil, no período final do comércio negreiro, quando o tráfico a partir de Angola e da Costa da Mina sofria maior repressão.

Os números exatos são difíceis de determinar devido à natureza clandestina de grande parte do tráfico, especialmente após a proibição formal do comércio. No entanto, bases de dados históricas como o projeto Slave Voyages reúnem milhares de registos de viagens para ajudar a quantificar esse movimento forçado. Entre o primeiro e o século V, povos bantus migraram de regiões do norte e oeste para essa região. Portos comerciais suaílis e, mais tarde, árabes, existiram no litoral moçambicano até a chegada dos europeus (Pelissier, 1988).

Durante o primeiro e o quinto século, ondas migratórias de povos de línguas bantas vieram de regiões do oeste e do norte de África através do vale do rio Zambeze e posteriormente, de forma gradual, instalaram-se pelo planalto e áreas costeiras do país. Esses povos estabeleceram comunidades ou sociedades agrícolas com base na cultura do gado. Para além disso, trouxeram com si, a tecnologia para extração e produção de utensílios de ferro. Metal utilizados por eles na confecção de armas na conquistar povos vizinhos O comércio costeiro de Moçambique primeiramente foi dominado por árabes e persas, que tinham estabelecido assentamentos até o sul da Ilha de Moçambique. Assentamentos comerciais suaílis, árabes e persas existiram ao longo da costa do país durante vários séculos. Vários portos comerciais suaílis pontilhavam a costa do país antes da chegada dos árabes, que comercializavam com Madagáscar e com o Extremo Oriente. Portos comerciais suaílis e, mais tarde, árabes, existiram no litoral moçambicano até a chegada dos europeus (Cabaço, 2010; Mondlane, 1975).

Moçambique é dotada de ricos e extensos recursos naturais. A economia do país é baseada principalmente na agricultura, mas o sector industrial, principalmente na fabricação de alimentos, bebidas, produtos químicos, alumínio e petróleo, está crescendo. O sector de turismo do país também está em crescimento (Mosca, 2005; Gefffray, 1991).

A chegada dos povos bantos a esta região há mais de um milhar e anos introduziu elementos importantes nas dinâmicas políticas econômicas e sociais da região que tiveram um grande impacto na organização político-administrativa dos Estados Pós-coloniais. Os bantos migraram para a região provenientes do Sul dos Camarões e da região do Sudeste da Nigéria, tendo povoado os territórios de Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Namíbia, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Migrações subsequentes e o comércio de escravos levaram os povos banto a fixarem-se também em Madagáscar, Maurícias e Seychelles). Entre as línguas nativas mais comuns estão o macua, o tsonga, ndau, chuabo e o sena (Matusse, 2009).

A população de cerca de 30 milhões de pessoas é composta predominantemente por povos bantus. A religião com o maior número de adeptos em Moçambique é o cristianismo (a denominação católica é a que reúne maior número de adeptos), mas há uma presença significativa de seguidores do islamismo. O país é membro da União Africana, da *Commonwealth* Britânica, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Latina, da Organização da Conferência Islâmica, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e da Organização Internacional da Francofonia.

Quanto ao domínio português, desde cerca de 1500, os postos e fortalezas comerciais portuguesas acabaram com a hegemonia comercial e militar árabe na região, tornando-se portas regulares da nova rota marítima europeia para o oriente. A viagem de Vasco da Gama em torno do Cabo da Boa Esperança em 1498 marcou a entrada portuguesa no comércio, política e cultura da região. Os portugueses conquistaram o controle da Ilha de Moçambique e da cidade portuária de Sofala no início do século XVI e, por volta da década de 1530, pequenos grupos de comerciantes e garimpeiros portugueses que procuravam ouro penetraram nas regiões do interior do país, onde montaram as guarnições e feitorias de Sena e Tete, no rio Zambeze, e tentaram obter o controle exclusivo sobre o comércio de ouro. Os portugueses tentaram legitimar e consolidar a sua posição comercial através da criação dos Prazos da Coroa (um tipo de sesmaria), que eram ligados à administração de Portugal. Apesar dos *prazos* terem sido originalmente desenvolvidos para serem controlados por portugueses, por conta da miscigenação com os habitantes locais eles acabaram por se tornar centros luso-africanos defendidos por grandes exércitos de escravos africanos conhecidos como cundas. Historicamente, houve escravatura em Moçambique. Seres humanos eram comprados e vendidos por chefes tribais locais e por comerciantes árabes, portugueses e franceses. Muitos dos escravos moçambicanos eram fornecidos por chefes tribais que invadiam tribos guerreiras vizinhas e vendiam seus cativos para os parceiros. (Cabaço, 2007).

Embora a influência portuguesa tenha se expandido de forma gradual, o seu poder era limitado e exercido por colonos individuais a quem era concedida uma extensa autonomia. Os portugueses foram capazes de arrancar grande parte do comércio litorâneo dos árabes entre os anos de 1500 e 1700, mas, com a tomada do Forte Jesus de Mombaça (no atual Quênia) pelos árabes em 1698, a tendência pendeu para o lado árabe. Como resultado, o investimento português diminuiu enquanto Lisboa voltou-se ao comércio mais rentoso com a Índia e o Extremo Oriente e ao processo de colonização do Brasil. Durante essas guerras, tribos árabes do atual Omã recuperaram alguma parte do comércio da África Oriental a norte de Moçambique. No século XIX, outras potências europeias, particularmente os britânicos (Companhia Britânica da África do Sul) e os franceses (Madagáscar), tornaram-se cada vez mais envolvidas no comércio e na política da região em torno dos territórios da África Oriental Portuguesa (Geffray, 1991).

Durante o governo colonial português, uma grande minoria de pessoas de ascendência portuguesa vivia permanentemente em quase todas as regiões do país e moçambicanos com sangue português, no

momento da independência do país, eram cerca de 360 mil pessoas. Muitos deles deixaram a região após a independência moçambicana em 1975. Há várias estimativas para o tamanho da comunidade chinesa em Moçambique, sete mil a doze mil pessoas (Cabrita, 2000).

A literatura moçambicana obteve um maior desenvolvimento no período colonial, lidando com temas nacionalistas. Os escritores mais importantes dessa fase foram Rui de Noronha e Noémia de Sousa. José Craveirinha iniciou-se na literatura na década de 1940, abordando temas da realidade social dos moçambicanos em seus poemas, e provocou a rebelião. É considerado o mais importante poeta moçambicano. José Craveirinha recebeu. Tem-se que uma parte significativa da produção literária moçambicana se deve aos poetas da chamada "literatura europeia" (Seno, 2024). Estes poetas como Mia Couto, são aqueles que, sendo etnicamente caucasianos, centram toda, ou quase toda a temática de suas obras nos problemas cotidianos de Moçambique, exercendo expressiva influência na identidade nacional do país, (Braúma, 2014)

Embasando os textos anteriores, os autores Adolfo (2010) e Lopes (2014), entre outros, corroboram a importância da investigação das diversidades culturais africanas que se referem à linguística, divindades, ancestralidades, conceito de vida e morte e reencarnação com ênfase no papel da criança, também é de suma importância na construção do conteúdo a ser incluído no ensino brasileiro. No passado, quanto à formação da Baixada Fluminense, depara-se com os hoje municípios: Queimados, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis e Duque de Caxias, como antigos distritos de Nova Iguaçu. Sabe-se, também, que a primeira leva de escravos vinda para o Brasil em 1565 era procedente dos portos da África Centro-Occidental. O primeiro carregamento de escravos que chegou a terras fluminenses data dos meados dessa mesma época, isto é, pouco tempo após a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (Figueiredo, 2004). Assim iniciou-se a ocupação da Baixada Fluminense por esse povo valoroso que trouxe em seu *mutue* (cabeça) e em sua *muxima* (coração) as suas divindades e entidades, aqui desenvolvidas de forma secreta, os chamados Calundus, que deram origem aos Candomblés *Bantu* (Ângelo, 2013). Trouxeram sua tecnologia agrícola, aqui utilizada na cultura da cana-de-açúcar, algodão, café, feijão, arroz, milho, mandioca e etc, além das artes manuais e outras tantas sabedorias (Bezerra, 2011).

Conforme se deu a diáspora africana, diferentemente, dos povos africanos, posteriormente, chegados e direcionados para Salvador - BA (séculos XVII e XVIII), os bantu chegados do século XVI ao XIX, foram espalhados por todo o território brasileiro, contribuindo com a sua tecnologia agrícola, construção de estradas de ferro, construção de cidades, entre outros feitos. Fato que junto com os índios e os portugueses elevou o Brasil no exterior, à condição de Nação (Júnior,1953), (Costa e Silva, 2006), (Freyre, 2003); (Holanda).

Nos portos do sudeste do Brasil, sobretudo o do Rio de Janeiro, entraram quase três milhões de pessoas, o que equivale a aproximadamente, 21,5%, de todos os africanos que chegaram às Américas na

condição de escravizados. Sesse quantitativo, mais de 80% vieram das regiões de predominância da cultura bantu Na África Centro-Occidental. Os africanos procedentes dessa região estavam em quantidade majoritária nos diversos espaços da vida escrava do Rio de Janeiro, tanto no interior da província, quanto na capital. Era comum vê-los nas ruas como trabalhadores urbanos, mas principalmente, no campo, onde se vivia o difícil cotidiano das lavouras de cana de açúcar, café e de outros alimentos (Bezerra, 2011). (Lopes, 2012), entre outros. Logo, trata-se de um tema, também regional e local. É importante ressaltar a coincidência da entrada dos bantu no Rio de Janeiro, no mesmo ano da fundação da Cidade, 1565. Com base no estudo iniciado pela Baixada Fluminense, culminando com a teoria de Darwin, (1871), não há por que não imaginar que: “A BAIXADA FLUMINENSE É BANTU O RIO DE JANEIRO É BANTU O BRASIL É BANTU **“TODO O MUNDO É BANTU SIM SENHOR!”**”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa está baseada no uso da metodologia quali-quantitativa, com natureza descritiva, uma vez que se iniciou com a coleta e mensuração de dados demográficos da população africana específica, apoiada por seus estratos, a qual, trouxe a cultura religiosa dos povos bantos para o Brasil.

O paradigma científico seguido, para realizar as escolhas metodológicas, foi o pragmático, o que permitiu facilitar a identificação e descrição da cultura religiosa dos povos bantos, na diáspora dos africanos escravizados, submetidos ao tráfico do Atlântico Sul. (Costa e Silva, 2006; Slave Voyages, 2017).

Somou-se a essa contribuição, uma revisão bibliográfica de autores como: Adolfo (2010), Ângelo (2013), Bezerra (2011), Figueiredo (2004), Lopes (2014; 2012; 2011), Maia (1961), Mott (1997), Pereira (2011), Prandi (1991), Ramos (2001), Redinha (1958), Thompson (2001), Thornton (1991) e Vanzina (2004), entre outros. Dentre os resultados esperados destaca-se a desconstrução da rotulação negativa que marginaliza o Candomblé e a nação *Bantu* em virtude de sua estética peculiar.

Diante disso, algumas fontes foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, entre elas:

- Biblioteca da Universidade de São Paulo/SP. SIBI/USP – Térreo Cidade Universitária. Rua da Praça do relógio, 109, Butantã, São Paulo-SP. CEP: 05508-050. Telefone: 3091-4195.
- Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB. Belford Roxo, RJ, CEP 26193-575. Telefone: (21) 3135-8117. E-mail: www.arqueologia-iab.com.br.

Em sua primeira etapa, a pesquisa encontrou as variáveis bantuismo e não bantuismo com suporte de quantitativas descritivas, uma vez que, foi necessário construir um diálogo com a demografia histórica, de modo que como mostra a Tabela.1, foi possível nomear e quantificar as nações africanas que predominavam entre os africanos escravizados que chegaram ao Rio de Janeiro durante o Tráfico Atlântico de escravizados.

Tabela 1

Regiões Africanas	Números	%
Senegâmbia	756.000	6
Serra Leoa	389.000	3,1
Costa da Mina	337.000	2,7
Costa do Ouro	1.209.000	9,7
Baía do Benin	1.999.000	16
Baía de Biafra	1.595.000	12,7
África Centro-Occidental	5.695.000	45,5
África Occidental	543.000	4,3
Total	12.570.000	100

Nota. Fonte: Slavevoyages (2017). Trans-Atlantic Slave Trade Database. Recuperado de <www.slavevoyages.com>.

Assim, essa mesma tabela, leva a concordar com Bezerra (2011), quando este afirma que dos quase três milhões de pessoas escravizadas que entraram nos portos do Sudeste do Brasil, 80% era de procedência banta, ou seja, eram oriundas da África Centro Occidental *versus* África Central. Logo, essas variáveis têm a ver com a etnicidade e as tradições culturais dos primeiros africanos que viveram e trabalharam no Recôncavo da Guanabara durante os tempos da escravidão e do tráfico atlântico.

Na análise de dados foi aplicado o teste Mann-Whitney para comparação entre duas amostras independentes. Sendo assim, a hipótese a ser testada é de que: não existe associação entre as variáveis (seguimento “Banto” e “não Banto”), ao nível de significância ($\alpha = 5\%$). Estes procedimentos foram realizados para contemplar o objetivo geral que é investigar e comprovar a influência cultural e religiosa banta na Baixada Fluminense, além de abranger também, os objetivos específicos que versam sobre capacitação, inclusão no ensino brasileiro, com a ajuda do impacto Banto como tema único no Carnaval. Para isso, escolheu-se, dentre outros tantos fatores influenciadores, os três seguintes:

- a) A quantidade demográfica humana de cada grupo;
- b) O lapso temporal entre si, quanto a ordem de chegada (século XVI, XVII e XVIII).
- c) O período de permanência no território (do século XV ao XIX, e pós escravidão).

Estes fatores colaboraram em todos os sentidos a favor dos bantos, cujo resultado mostrou a maioria de homens e mulheres *bantu*, em detrimento dos homens e mulheres não *bantu* (africanos oriundos de outras regiões linguísticas da África), conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Variáveis – Teste Mann Whitney

Variável	Bantos	Não Bantos	P-valor
Masculino	273,04	230,50	0,012
Feminino	274,93	243,95	0,075

Nota. Dados da pesquisa 2022.

Observando a Tabela 1, percebe-se que as mulheres bantas, mesmo não sendo relevantes estatisticamente, são mais numerosas que as mulheres não bantas. O que confirma hegemonia banta em

termos de população. Entretanto, a exclusividade de homens na orquestra banta e uma maior demanda de músicos demonstram que há maioria banta na população de Nova Iguaçu. Desse modo, também é possível mensurar os impactos culturais da religiosidade banta na formação patrimonial e educativa de Nova Iguaçu. Assim, a metodologia, contempla todos os objetivos, já que por força da temática, suas variáveis transitam implícita ou explicitamente, por toda a pesquisa realizada.

4 CONCLUSÃO

Em termos de experiências é um artigo que convida a sociedade brasileira a mergulhar no passado em termos de diáspora, para passar a conhecer a si mesma, passando a partir daí, criar novas perspectivas de linguagens artísticas bantu, ou como afrodescendente bantu, repaginar outras expressões como já fizeram ao criar a escola de samba, os maracatus (Nação e Baque Virado), entre outras linguagens artísticas, assim como, ao mesmo tempo em são chamados a rara realizar essa conexão com passado, fixarão na memória o papel preponderante de seus ancestrais na construção do Brasil e formação da nossa Língua, passando então, com a certeza da sua identidade, fortalecer-se no combate ao racismo. E para conseguir mover, não somente, a sociedade brasileira, mas toda a sociedade mundial, para descobrir em três ou mais dias, aquilo que está oculto a quase quinhentos anos na história do Brasil, o ideal seria buscar o maior anfiteatro do planeta, a Marquês de Sapucaí **para** realizar um enredo temático através das 12 Escolas de Samba do Grupo Especial, o enredo temático: TODO “MUNDO” É BANTU SIM SENHOR! Ação que representa uma estratégia mundial de comunicação visual no combate ao racismo e valorização da identidade do negro. Como resultados é importante frisar que essas escolas de sambas hoje consideradas grandes exponenciais de cultura, possuem quadras de ensaios gigantescas e superlotadas, constituindo-se em vastos campos de pesquisas e informações através dos ensaios, garantido valiosos retornos às marcas patrocinadoras e a pesquisa em si. Além dos ensaios de quadra há também, os ensaios técnicos que acontecem na Passarela do Samba, apresentações externas, entre outros meios de divulgação. Todavia, não se conseguindo as 12 Escolas de samba do grupo especial, o montante equivalente as vagas restantes, será dividido, igualmente, entre as agremiações do Grupo Ouro, que aceitarem o enredo temático em pauta, já que, também, desfilam na Marquês de Sapucaí, na sexta-feira e no sábado de carnaval. E assim, sucessivamente, podendo chegar às Escolas de Samba dos Grupos Prata, Bronze e Avaliação, da Intendente Magalhães, batizado como “carnaval do Povão”, para aquelas escolas de menor porte, que ali desfilam. Demonstrando assim, a expansão do diálogo neste projeto.

Ainda dentro deste contexto, importante, também, seria realizar um curso híbrido de apresentação e orientação sobre o tema, com 6 meses de duração, administrado por órgão público ou privado competente, em espaço previamente autorizado, no sentido de capacitar um número razoável de participantes de cada Escola de Samba pertencente ao respectivo grupo, quanto à memória e patrimônio dos Bantu na construção

do Brasil e formação da Língua Brasileira. E dentro deste contexto, orientar as escolas de samba participantes, didaticamente, durante o período de produção, incluindo a realização de oficinas alusivas a temática única, de preferência, nessas comunidades ou demais espaços interessados. Neste ato estará descobrindo e formando pessoas, principalmente de origem negra, muitas delas que já labutam neste ramo, porém, na informalidade, por não possuírem certificação nos diversos campos da Arte, História e demais áreas abrangentes, , como: ferreiros (soldadores), carpinteiros, aderecistas, decoradores, costureiros, chapeleiros, designers, alfaiates, carnavalescos, dançarinos, músicos, atores, entre tantas outras capacitações que a cultura negra tem a oferecer.

Em termos de pluralidade, esse é um projeto cujo título já expressa a grandiosa riqueza de manifestações artísticas apresentadas pelas escolas de samba de forma inédita, explorando a conexão África/América Latina, ou seja, Angola, Congo Moçambique, Brasil, Mundo. Manifestações essas, complementadas com o curso de orientação alusivo à temática criado e aplicado por docentes, sobre conhecimentos que reafirmem a diversidade, conectando a oralidade com a academia. Oferecendo dessa forma, caminhos para compreender a construção contemporâneas de Identidades.

Dito isto, o Brasil, Angola, os Congos e Moçambique com uma vasta bagagem de diversidades, atritos e concepções, simbolizam, quiçá, aquilo que há de mais consistente na imensurável área de disputas de integração África América do Sul. Pensando desta maneira, da união dessas culturas, muito ainda se pode e se deve aprender. Desvendar alguns mistérios, e decifrar alguns tabus, é imperioso. Ainda melhor, se puder apropriar-se de conhecimentos como deste e de muitos outros aprendizados, para subsidiar representações de maior expansão. Baseando-se nos relatos de entrevistados, a busca por maiores conhecimentos sobre os bantos na África e no Brasil aumentará o número de adeptos, praticantes e simpatizantes, em busca de novos saberes. O tema em pauta, pela sua diversidade e não habitualidade, traz uma gama de potencialidades sugestivas, que implicará em muitos outros trabalhos acadêmicos. Portanto, com a convicção de que muitos obstáculos sobre a temática banta, ainda precisam ser sobrepujados, sugere-se futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ESTILO: AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA)

Adolfo, P. S. (2010). Nkissi Tata dia Nguzu, estudos sobre o candomblé Congo-Angola. Editora da UEL

Ângelo, A. (2013). O Povo Bantu, mitos e deuses africanos de Angola: as influências culturais e religiosas Brasil/Angola. <http://www.cepuerj.uerj.br/desccurso.aspx>.

Beija, F, N. (2019, 19 de janeiro). Exposição 70 Anos Beija-Flor: de Sambas, de Enredos, de Memórias e Comunidade. Rio de Janeiro. Galeria do Samba do Rio de Janeiro.
<https://www.galeriadosamba.com.br/noticias/exposicao-sobre-os-70-anos-de-historia-da-beija-flor-foi-inaugurada-na-ultima-segunda-feira/16395/>.

Bezerra, N. R. (2011). A cor da baixada. HPPH-CLIO.Briggs,

Braúna. D. (2014). Nymba-Kaya: Mia Couto e a delicada excrecência da Nação Moçambicana: Alameda.

Cabaço, J. L.O. (2007) – Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo.

Cabaço, J.L. (2010). Moçambique, identidades, colonialismo e libertação. Maputo: Marimbique.

Cabrita, João M. (2000). Mozambique: the tortuous road to democracy. Londres: Palgrave Macmillan

Costa e Silva, A. (2006). A enxada e a Lança: a África antes dos portugueses. Nova Fronteira.

Darwin, C. (1871). The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex.

Diop, A. (2003). História da África II. África Antiga. Cap. I apud Mello, J. G. Negros e Escravos na Antiguidade. Arte & Ciência Editora.

Figueiredo, M. A. (2004). Gênese e (re)produção do espaço da baixada fluminense. Revista geo-paisagem. v. 3, n. 5.

Freyre, G. (2006). Casa-grande & senzala. Global Editora.

Geffray C. 1991. A causa das armas: Guerra Civil em Moçambique. Porto: Afrontamento.

Holanda, S. B. (2011). Raízes do Brasil. Companhia das Letras.

Junior, C, P. (1953). Formação do Brasil contemporâneo. 4. ed. Brasiliense.

Lopes, N. (2014). A Cultura em movimento: Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. In: (Sankofa – Matrizes africanas da cultura brasileira Livro 2) e-book Kindle por Eliza Larkin Nascimento.

Matusse, R. (2002). África Austral: das migrações bantu à integração regional. Maputo: Imprensa Universitária

Mello, A, B de. (1945). Breve história da rainha Zinga Mbandi, D. Ana de Sousa. In: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. V. 63, n. 3-4, p.134-146.

Mondlane, E. (1985). Lutar por Moçambique. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Mosca, J. (2005). Economia de Moçambique. Lisboa: Instituto Piaget. 2005.

Pacavira, M, P. (1985). Nzinga mbandi. 3. União dos Escritores Angolanos, 1985.

Pélissier, R (1988). História de Moçambique: Formação e oposição (1854-1941), Lisboa: Ed. Estampa.

Rodrigues, R, N. (1896). O Animismo Fethichista dos Negros Baianos. RB.

Seno, P, N. (2024).

Slenes, R. (2008). Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Editora da Unicamp.

Thornton, J. K. (1991). Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. The Journal of African History. V. 32, n. 1, pp. 25-40.

Vansina, J. (2010). A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. História geral da África volume 1 – metodologia e pré-história da África. UNESCO, 2011, pp. 139-166.